208, § 1º da Lei nº 5.810/94.

XIV – O mandato da Comissão aqui instituída, será no máximo de 02 (dois) anos, a contar da data da publicação da mesma no DOE, vedada a recondução de sua totalidade no período subsequente.

XV – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

HELIO FRANCO DE MACEDO JÚNIOR
Secretário de Estado de Saúde Pública

Resolução CES/PA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 288771
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARÁ – CES/PA
RESOLUÇÃO CES/PARÁ Nº 034 DE 27 DE SETEMBRO DE 2011.

O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei nº. 7.264, de 24 de Abril de 2009, publicada no Diário Oficial do Estado Nº 31.406, de 27 de Abril de 2009, Decreto de 24 de julho de 2009 publicado no Diário Oficial do Estado nº 31469 de 27 de julho de 2009, pela Resolução CES/PA nº 036 de 11 de agosto de 2009, publicada no Diário Oficial do Estado nº 31.487 de 20 de agosto de 2009;

CONSIDERANDO que nos termos do inciso II do Art. 9º da Lei Nº 7.264, de 24 de Abril de 2009, as decisões do Conselho Estadual de Saúde do Pará serão consubstanciadas em Resoluções e homologadas pelo Chefe do Poder Executivo ou pelo titular da Secretaria de Estado da Saúde Pública;

CONSIDERANDO a decisão dos membros do CES/PA, em Reunião Extraordinária realizada no dia 27 de setembro de 2011.

CONSIDERANDO o Regimento Eleitoral para escolha das Entidades e Instituições que comporão o Conselho Estadual de Saúde para o Biênio 2011/2013.

CONSIDERANDO o Regulamento das Plenárias Macro Regionais e Estadual de Entidades e Instituições, que tem o objetivo disciplinar a realização das respectivas Plenárias.

RESOLVE:

1- Prorrogar para 05 (cinco) dias úteis contados da data de publicação desta resolução, excluindo o dia do início e incluindo o dia final, o prazo para que as entidades e instituições façam suas inscrições para participarem do Processo Eleitoral do Conselho Estadual de Saúde.

2- Alterar as datas de realização das Plenárias Macro Regionais por segmento para eleger os (as) delegados (as) para a Plenária Estadual de Entidades e Instituições, conforme Anexo Único desta Resolução.

3- Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

HELIO FRANCO DE MACEDO JÚNIOR

PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE – CES/PA

Homologo a Resolução CES/PA nº. 034 de 27 de setembro de 2011.

HELIO FRANCO DE MACEDO JÚNIOR

SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

ANEXO ÚNICO DA

RESOLUÇÃO CES/PA Nº. 034 DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

MACRO	POPULAÇÃO	Nº DE MUNICÍPIOS	DESLOCAMENTO	DATA	REGIONAIS	Nº DE DELEGADOS(AS)
1. BELÉM NORTE LESTE	686.276	10	BELÉM	08/11	6ª e 13ª	32
2. BELÉM NORTE	2.367.207	14	BELÉM	08/11	1 e 2ª	120
3. BELÉM EXTREMO NORTE	493.177	16	BELÉM	08/11	7ª e 8ª	24
4. NORDESTE	1.306.842	38	BELÉM/CASTANHAL	14/11	3ª, 4ª e 5ª	68
5. SUL	473.042	15	BELÉM/C. ARAGUAIA	14/11	12ª	24
6. OESTE	912.075	19	BELÉM/SANTARÉM	14/11	9ª	44
7. SUDESTE	1.033.333	22	BELÉM/MARABÁ	14/11	11ª	52
8. CENTRO ESTE	316.126	09	BELÉM/ALTAMIRA	14/11	10ª	16
TOTAL	7.588.078	143	-----	-----	-----	380

EDITAL DE SELEÇÃO 2011
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 288573
EDITAL DE SELEÇÃO 2011

CHAMADA PARA SELEÇÃO DE PROJETOS COMUNITÁRIOS, DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E OUTRAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL QUE ATUAM NO ÂMBITO DAS DST/HIV/AIDS NO ESTADO DO PARÁ.

1. INTRODUÇÃO

O Governo do Estado do Pará através da Secretaria de Estado de Saúde Pública do Estado do Pará, por meio da Coordenação Estadual de DST e AIDS torna pública a realização de seleção para financiamento de projetos comunitários a serem executados por Organizações Não Governamentais (ONG) e outras Organizações da Sociedade Civil (OSC), sem fins lucrativos, que trabalham historicamente com DST/HIV/AIDS sediado no Estado do Pará, em obediência à Portaria GM 2313/02, de 19/12/2002.

Os recursos financeiros previstos nesta seleção destinam-se a projetos a serem executados por Organizações da Sociedade Civil (OSC), sem fins lucrativos, que atuam diretamente no controle das DST e na construção de respostas sociais frente à epidemia de HIV/AIDS.

O Governo do Estado do Pará utilizará para o processo de seleção pública e estabelecimento de parceria com ONG/OSC recursos advindos da Política de Incentivo para Ações de DST e AIDS no valor de R\$ 280.000 (duzentos e oitenta mil reais), para projetos de 12 (doze) meses, obedecendo à lista de classificação, conforme avaliação do Comitê Seletivo.

Os projetos que apresentarem orçamentos superiores aos limites de valores estabelecidos, serão excluídos do processo seletivo. Não poderão participar desta seleção pública: Projetos de OSC direcionados à realização de eventos/campanhas pontuais, pesquisas e apoio a fóruns de ONG/Aids; bem como projetos associados às fundações, sindicatos, organizações do setor público, incluindo aquelas que atendem menores infratores, centros de estudo de universidades e hospitais, escolas, casas de apoio/passagem ou empresas com fins lucrativos.

Projetos visando a continuidade de ações anteriormente financiadas pelo Departamento Nacional de DST/AIDS-MS e CE-DST/AIDS-PA, não devem ser encaminhados pelas instituições proponentes durante este processo seletivo.

2. DO OBJETO

Os projetos a serem elaborados (modelo anexo I deste edital) em função da presente seleção e posteriormente financiados deverão pautar-se pelos critérios descritos no item 5.

O objeto do presente edital é após a seleção de projetos que contemplem uma ou mais das seguintes ações:

- promoção, prevenção e proteção à saúde em relação ao HIV/AIDS;
- promoção de Direitos Humanos;
- atenção e apoio às pessoas vivendo com DST/HIV/AIDS;
- advocacy e controle social;
- trabalhos com pessoas portadoras de HIV/AIDS que visem à geração de renda;
- assessoria jurídica e direitos humanos para pessoas vivendo com HIV/AIDS e grupos vulneráveis;
- projetos relacionados com redução de danos, para UD (usuários de drogas);
- atenção e apoio a crianças vivendo com HIV/AIDS;
- ações em Municípios com alta incidência de HIV/AIDS conforme Anexo II;
- ações voltadas à prevenção da transmissão vertical do HIV e da sífilis.
- atenção e apoio a mulher vivendo com HIV/AIDS

3. DO PÚBLICO-ALVO

Os projetos a serem apresentados deverão estar direcionados para os seguintes segmentos:

- Homens que fazem sexo com homens (gays, travestis e outros HSH);
- Profissionais do sexo;
- Crianças e adolescentes em situação de risco, priorizando estratégias de liberdade assistida;
- População em situação de pobreza e/ou exclusão social, priorizando estratégias de respostas comunitárias;
- Prevenção da transmissão heterossexual com prioridade para mulheres e terceira idade de ambos os sexos;
- Pessoas usuárias de álcool e drogas injetáveis na perspectiva de redução de danos;
- Mulheres, incluindo as transexuais;
- Populações indígenas;
- Populações residentes em áreas de garimpo;
- Populações afro-descendentes incluindo populações quilombolas;
- Populações afro-religiosas.

4. PRAZO DE EXECUÇÃO E ORÇAMENTO

4.1. O prazo para execução dos projetos é de no máximo doze meses;

4.2. Os recursos orçados para este edital são de até R\$ 280.000 (duzentos e oitenta mil reais) recursos estes previstos considerando os valores pactuados no Plano de Ações e Metas;

4.3. Os recursos financiados pela CE-DST/AIDS, POR PROJETO, não poderão ser superiores aos valores mencionados abaixo:

Abraçgência dos projetos	Teto máximo por projeto
Âmbito Estadual com foco em populações vulneráveis e DST e HIV/Aids*	Até R\$ 40.000,00
Âmbito Estadual com foco em DST e HIV/Aids	Até R\$ 30.000,00
Âmbito municipal com foco na temática DST e HIV/AIDS	Até R\$ 20.000,00

* Para fins deste Edital, entende-se por Âmbito Estadual aqueles projetos que envolverem municípios pertencentes a 50% ou mais dos 13 Centros Regionais de Saúde.

4.4. A remuneração de Recursos Humanos vinculados ao desempenho de funções durante os doze meses de execução do projeto, não poderá ultrapassar 40% do valor total do repasse solicitado;

4.5. A remuneração de consultores pontuais deverá ser contabilizada na definição anterior;

4.6. A contrapartida da Instituição para a execução do projeto deverá ser equivalente a 10% do valor do repasse solicitado, sendo priorizadas as propostas cuja contrapartida não estiver limitada a recursos referentes à infra-estrutura.

5. CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar desta seleção ONG/OSC sem fins lucrativos que tenham seus objetivos sociais compatíveis com a política de incentivo para estados e municípios no âmbito do Programa Nacional de HIV/AIDS e outras DST, localizadas no Estado do Pará e de acordo com as especificações contidas neste edital.

5.2. Considera-se ONG/OSC sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui entre seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seus patrimônios auferidos mediante o exercício de sua atividade e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social.

5.3. Não são consideradas Organizações da Sociedade Civil, segundo a legislação vigente, (Portaria nº 2.314 de 20 de Dezembro de 2002, que aprova a Nota Técnica nº 01/2002 no seu Anexo 3 e Art. 2º da Lei 9.790, de 23 de Março de 1999):

- As sociedades comerciais;
- Os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;
- As instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;
- As organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações;
- As entidades de benefício mútuo, destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;
- As entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados;
- As escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras;
- As organizações sociais;
- As cooperativas;
- As fundações públicas;
- As fundações, sociedades civis ou associações de direito privado, criadas por órgão público ou por fundações públicas;

5.4. A instituição participante deverá ter 1 (um) ano de existência até a data de publicação deste Edital, devendo comprovar tal característica por meio de inscrição e de situação cadastral do CNPJ que ateste no mínimo 1 (um) ano de existência.

5.5. Está limitado a 3 (três) o número de projetos a serem apresentados para a seleção, e somente 2(dois) a serem financiados para uma mesma instituição, independente do valor. Ressaltando que as organizações não governamentais já contempladas com financiamento no edital publicado no Diário Oficial do Estado do Pará de número 31942, em 22/06/2011, poderão ser contemplados com aprovação de mais 1 (hum) projeto. Respeitando o mesmo total estabelecido nos editais do exercício 2011.

5.7. Estão impedidas de firmar convênio, as instituições que embora se enquadrem no disposto do presente edital, encontrem-se inadimplentes com o PN/DST/Aids, Coordenação Estadual ou Municipal de DST e Aids;

5.8. Projetos financiados por qualquer nível do Governo, não devem ser encaminhados pelas instituições proponentes durante este processo seletivo. Não poderá haver duplicidade de financiamento Governamental, para as mesmas ações do Projeto;

5.9. Não serão aceitos projetos exclusivamente de pesquisa nesta seleção;